EDUCAÇÃO, DEMOCRACIA E SUBJUGAÇÃO: CONTRIBUTO PARA UMA DEMOCRACIA LIBERTADORA

Maria Cecília Pontes Carnaúba*

RESUMO

A qualidade e o alcance populacional da educação de um povo interferem na concretização dos fundamentos do sistema político democrático e na estabilidade do Estado. Nos espaços em que o sistema de ensino é capaz de habilitar, à população, para a visão sistêmica do contexto social e de funcionamento da estrutura de poder que a governa os princípios de verdade, igualdade e justiça têm força suficiente para condicionar o agir individual, de modo ativo, para a construção do bem estar comum. Nos espaços em que a educação é qualitativa ou quantitativamente insuficiente, o sistema de poder se constrói sobre a imprevisibilidade dos riscos do agir e sobre a apatia popular o que retira, completamente, a liberdade individual. A capacidade de agir livremente e de escolher vincular a conduta individual aos princípios de verdade, igualdade e justiça dividem as democracias em democracias de centro e democracias de periferia, com grandes diferenças éticas e de qualidade de vida entre ambas. Importante considerar que as democracias de periferia tendem a perpetuar essa condição, pois a mudança de funcionamento da sociedade não depende do decurso do tempo, depende da eficiência do Estado em assegurar o pleno desenvolvimento das potencialidades individuais e de condicionar o agir aos valores éticos, através da educação.

Palavras-chave: Democracia. Educação. Ética. Poder. Subjugação.

ABSTRACT

The quality of education and the extent of population in contact with it change the achievement of the democracy and the states stability. In places where the educational system is able to improve people's perception about social context and local power structure, it is stronger the link between truth, equal and justice principles and the individuals actions to construct the common welfare. On the other side, in poor quality education areas, the power of the system arises from people's political apathy and unpredictability action risks that completely exclude individual freedom. The capacity to act freely and to choose actions based in the truth, equality and justice principles divide democracies in central and peripheral with great ethical and quality of life differences. It is important to consider that the peripheral democracies tends to stay in that condition due to lack of changes on social operation, and also on the states efficiency to guarantee the full development of people's mind and to make connection between individual action and truth, equality and justice principles, through education.

Keywords: Democracy. Education. Ethic. Power. Subjugation.

* Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco. Promotora de Justiça do Estado de Alagoas. Membro do GT8 do Conselho Nacional do Ministério Público. Autora do Livro Prova Ilícita e diversos artigos jurídicos.

Livro 1.indb 63 13/12/2016 14:12:04

1 INTRODUÇÃO

Acreditar que o homem marcha rumo ao mais ético, ao mais livre, à superação da violência[1] e que a perseverança em condutas de respeito à vida e ao ser humano nos apresentará, no futuro, uma sociedade em que o princípio de solidariedade social levará os indivíduos à cooperação mutua, é imperativo de bem-estar e de estabilidade estatal. É indispensável a confiança no ser humano para construção do progresso e do bem-estar de todos, como resultado do exercício da razão. Essa postura existencial pretende superar a dúvida sempre presente diante do questionamento inquietante sobre a evolução humana: ao longo do tempo, melhoramos como seres humanos e como civilização, ou pioramos?

Nesse sentido há uma consideração inafastável: se a civilização humana é beligerante por natureza, desde os primórdios combate para conseguir alimentos, para conquistar espaços territoriais mais amplos, para auferir melhores vantagens econômicas e se, nesses combates, sobrevivem os vencedores e são eliminados os vencidos e, por fim, se os vencedores são, forçosamente, os seres com maior capacidade de destruição, a população atual da Terra é de descendentes de pessoas que garantiram e garantem sua sobrevivência à custa da violência e eliminação do opositor ou do diverso.

Neste curso, a civilização humana segue uma trilha de subjugação do mais vulnerável com método de garantia de seu bem-estar individual, sem perceber que este não se sustenta sem a efetiva correspondência com o bem-estar de todos. Essa incapacidade de visão do contexto tem levado o homem à construção de diversos tipos de organização estatal para harmonizar a convivência e promover a prosperidade. Nenhum dos sistemas políticos tem sido suficiente para alcançar esse intento, menos por força de sua engenharia mecânica e muito mais pela sua operacionalidade, que compete aos seres humanos.

O sistema político que mais se harmoniza com o ideal de humanizar o indivíduo é a Democracia mas, ainda ela, precisa operar adequadamente os valores de verdade, igualdade e justiça para se tornar o ambiente capaz de permitir a libertação do humano. Quando estes princípios não são vinculativos do agir, de modo universalizado, no ambiente social, as democracias perdem o poder de libertação do homem através do desenvolvimento individual e se transformam em espaços de subjugação através da ignorância. A subjugação se caracteriza pela inabilidade do indivíduo de interferir conscientemente na formação da estrutura de poder que o envolve, assim se submete ao sistema de poder através de uma relação tirania/vitimização.

Os ambientes sociais em que os homens são efetivamente livres para condicionarem o sistema de poder a que se submetem são democracias de centro, nestas os indivíduos constroem conscientemente o mando político que pretendem acatar. Os locais onde essa liberdade não existe e o funcionamento do mando político ratifica a disparidade de classes sociais, são as democracias de periferia, nestas, o sistema de poder é sustentado pela apatia decorrente da inabilidade individual para percepção sistêmica da estrutura de poder vigente no espaço social. Nesse contexto, importa

[1] ANDRADE, Maria Inês Chaves de. *A fraternidade como direito fundamental entre o ser o dever ser na dialética dos opostos de Hegel*. Coimbra: Almedina, 2010. p. 25.

Livro 1.indb 64 13/12/2016 14:12:04

ressaltar que liberdade não se constitui em relação formal de simples locomoção e expressão de pensamento, liberdade exige habilidade cognitiva mínima para percepção dos riscos do agir para a construção do sistema de poder ao qual o indivíduo pretende se submeter.

2 EVOLUÇÃO DA DEMOCRACIA

2.1 ESCOLHAS E CONSEQUÊNCIAS

O sistema político-democrático surge como o caminho que afasta o Estado das injustiças provocadas pela ideia de origem divina dos governantes e de superioridade do grupo de indivíduos que ocupa o topo da estrutura de poder. Até a idade média, o uso do divino e o fortalecimento de desigualdades como forma de legitimação do poder serviu de pano de fundo para exploração humana e subserviência social. Institucionalizou-se o pensamento de que o temor reverencial era a melhor forma de controle social para garantir a perpetuação de funcionamento do poder de modo que alguns fossem beneficiados pela subserviência do povo. O temor reverencial tinha por referência a ideia de superioridade dos que ostentavam o poder de mando. Esse tema foi largamente trabalhado no século XVI através da temática de governo das almas, do que se ocupou a pedagogia e as pastorais católicas e protestantes.

A violência com que o poder reagia a eventuais condutas inadequadas à sua perenização era ostensivamente utilizada para subjugar os indivíduos e, ainda hoje, é instrumento que assegura a governabilidade em muitas democracias de periferia. Esse modo de proceder, associado à educação ineficiente, favorece o comportamento beligerante, pois a educação de má qualidade impede o desenvolvimento da habilidade de visão sistêmica da realidade, comumente, contrapõe os interesses individuais aos interesses comuns e impede a percepção de que o bem-estar geral é condição para o bem-estar individual.

A institucionalização da violência parece ser resultado do conhecimento atávico de beligerância que instruiu a evolução da humanidade que, se sob uma face de observação lhe garantiu a sobrevivência, sob outra face sedimentou o costume de destruição do diverso, do mais fraco e a necessidade de subjugação como estratégia de garantia de sucesso individual. A ideia de diferença entre os seres humanos e de superioridade de alguns conduziu a atitudes predatórias assumidas, inclusive, pelas colonizações por volta do século XVI e pelos movimentos escravagistas.

A beligerância herdada de nossos ancestrais faz parte do cotidiano democrático atual e nem sempre é percebida como tal, inclusive, se mostra através da linguagem a exemplo do trabalho por melhorias sociais e pessoais, comumente denominado “luta pelos direitos humanos”, outrossim, a doutrina cristã se refere ao “bom combate”. A percepção sistêmica da realidade somente advém, maciçamente, de uma educação eficiente, sua falta conduz ao pensamento de que se deve lutar por direitos, lutar por uma sociedade mais justa e isso instiga a uma postura belicosa como comportamento útil ao bem estar próprio e à produção do bem de todos. Essa concepção abriga grande

Livro 1.indb 65 13/12/2016 14:12:04

equívoco, pois traz à tona a memória dos combates que informaram o início de nossa civilização sob a forma de arquétipos, sedimentos de experiências constantemente revividas pela humanidade.[2]

Se existe luta, é preciso que alguns vençam e outros sejam vencidos ressaltando-se que os vencedores são sempre os que concretizam maior potencial de destruição e os vencidos são os menos destrutivos, esses são eliminados ou condicionados à apatia. Tal postura é radicalmente oposta à concretização do objetivo democrático de construção do bem de todos, e dos princípios de igualdade, verdade e justiça. A educação é a estratégia mais eficiente para sedimentar os ideais humanitários, e com isso favorecer a transmutação da beligerância em solidariedade social. Para que os princípios democráticos possam se tornar efetivos, tal mudança só é possível através da garantia de qualidade e universalidade a esse serviço.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948[3] reconhece que a Democracia é o único regime político compatível com o pleno respeito aos Direitos Humanos, entretanto, enquanto a memória beligerante não for transformada através de uma educação eficiente, haverá grande tendência de perenização da ideia de superioridade e de destruição herdada das civilizações que nos antecederam. Essa realidade produz e acentua desigualdades injustas que por si só caracterizam estímulo à violência e dificultam a concretização dos fundamentos democráticos de libertação do indivíduo e prosperidade social.

Estados em que as ideias de superioridade e de destruição gravitam com força suficiente para tensionar os relacionamentos público e privado, ainda que se autodesignem Democracias, revelam um funcionamento inadequado para a produção do bem de todos. Este é o objetivo final desse regime político e, se este não se concretiza, os espaços políticos se constituem em democracias de periferia. Nestas existe um sistema normativo formalmente democrático, o funcionamento do sistema gravita em torno dos princípios democráticos, mas a estrutura de poder não concretiza tais princípios, estes não possuem força suficiente para vincular o agir individual aos valores de verdade, igualdade e justiça que, por sua vez, garantem de estabilidade social.

2.2 INTERFERÊNCIA RELIGIOSA

O uso do Divino teve a face de legitimação do poder e de determinação, a priori, de indivíduos e classes sociais, destinados à regência dos Estados, com base na polarização superioridade/inferioridade que era uma eficiente forma de controle social. Entretanto, a desigualdade na distribuição dos recursos estatais causou a inquietação social necessária para a mudança de postura e construção das bases ideológicas de dignificação do ser humano que se concretizaram através do humanismo e da adoção da democracia como sistema político compatível com essa nova ideologia.

A história antiga mostra o mito de Prometeu acorrentado a um rochedo e condenado ao suplício de ter o fígado devorado todos os dias, por um abutre. Tal penalidade lhe foi imposta, por Júpiter, em virtude de sua interferência em favor dos seres humanos para lhes assegurar o uso do fogo como recurso para arrostar o frio, cozer

[2] JUNG, Carl Gustav. *Psicologia do inconsciente*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 81.

[3] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração universal dos direitos humanos*. Adotada e proclamada através da Resolução 217 A, III, da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10.12.1948. Arts. 21 e 29. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2016.

Livro 1.indb 66 13/12/2016 14:12:04

os alimentos e trabalhar os metais. Esse suplício cessaria de imediato, se o Titã se submetesse voluntariamente a seu opressor o que foi eticamente rechaçado por ele, razão porque, tornou-se símbolo de amor à humanidade, de resistência magnânima ao sofrimento imerecido e de força de vontade que resiste à opressão.[4]

Os mitos doutrinavam valores de refinamento espiritual, mas também, refletiam a personalidade pouco evoluída dos deuses que, nessa fase, assumiam um comportamento vingativo, mesquinho, traiçoeiro e violento, espelhado nos sentimentos caracteristicamente humanos. Essa personalidade era reflexo do estágio civilizatório da época e serviu para incutir o temor, como forma de controle social. Este se reforçava em virtude da ignorância da grande maioria da população que impedia a percepção dessa metodologia de controle social, ademais, não se pode desconsiderar o acanhado desenvolvimento dos conhecimentos científicos e tecnológicos daquele período. Os mitos e fábulas, produzidos no curso da história, se constituíram em sementes para a construção do Estado democrático que somente floresceu, com os valores que conhecemos atualmente, a partir do século XVIII.

A Bíblia Sagrada, tanto no antigo quanto no novo testamento, revela o fortalecimento dos valores ético/humanitários através da pregação dos ideais que se constituem em alteração de padrões até então praticados, pois traz um conteúdo espiritual voltado à ética como elemento facilitador da convivência social. Nesse sentido ressaltam-se alguns exemplos como a orientação para honrar pai e mãe *(Êx. 20:12)* em sinal de respeito aos mais velhos e de gratidão; ganhar o pão de cada dia com o suor do próprio rosto *(2Ts. 3:10),* que é direcionamento de honestidade, solidariedade, justiça e acatamento de regras *(Ef. 4:28),* dentre inúmeras outras.[5] Os ideais de solidariedade e respeito pelo outro se solidificam, sobretudo, através do conteúdo dos 10 mandamentos da Lei de Deus, entregues a Moisés.

Apesar desses traços históricos que construíram o caminho para a democracia, o seu fundamento maior, a igualdade como princípio de convivência humana no ocidente, somente surge com as pregações de Jesus Cristo que inaugurou a premissa de irmandade entre os seres humanos, pois são todos filhos do mesmo Deus. Essa assertiva possibilitou o florescimento dos valores de caridade, solidariedade e amor ao próximo, inclusive, para os que não pertenciam ao mesmo povo.

Jesus foi o primeiro a instituir a igualdade entre os homens, no ocidente, já que todos são igualmente filhos, amados, de um único Deus. A igualdade passou a ser ponto de partida para os relacionamentos, se estendeu para o sistema político e fundamenta o conceito de democracia como a concebemos atualmente. Os valores ensinados por Cristo provocaram uma mudança radical nas estruturas sociais do ocidente e conduziram à construção do humanismo como instrumento de emancipação do homem de todos os preconceitos e injustiças que a ideia de desigualdade entre os seres humanos fomentava. A partir dessa mudança de paradigma de organização social, a Revolução Francesa trouxe como bases a igualdade, a fraternidade e a liberdade que são marcos na história de solidificação democrática, como regime social adequado à vivência do humanismo.

A partir da Revolução Francesa, as democracias ocidentais começaram a se estruturar com base nos valores que temos hoje de igualdade, verdade e justiça como condição e força para o surgimento do princípio de solidariedade.

---

4 BLUFINCH, Thomas. *O livro da mitologia:* a idade da fábula. Trad. Luciano Alves Meira. São Paulo: Martim Claret, 2015. p. 47.

5 BÍBLIA, Português. *Bíblia sagrada*. Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 2000.

Livro 1.indb 67 13/12/2016 14:12:05

Não por acaso, a educação institucionalizou-se a partir deste acontecimento da história e seu curso de desenvolvimento e eficiência caminha em sintonia com o fortalecimento do humanismo e a sedimentação dos fundamentos da democracia, de tal modo que onde há educação eficiente há democracias capazes de concretização de seus princípios fundamentais e onde a educação é de má qualidade e alcance social insuficiente, há democracias que não concretizam os próprios fundamentos. A qualidade e o alcance da educação revelam o nível de desenvolvimento do Estado e de bem-estar social, por isso a educação é o maior investimento que se pode fazer no povo e no futuro do Estado.[6]

Há muitas críticas ao cristianismo e às religiões da idade moderna, em face dos equívocos que cometeram ao longo da história, mas essas imperfeições parecem servir apenas para um melhor posicionamento das instituições religiosas no presente, porque os erros praticados são inerentes à condição humana de seus integrantes ou administradores, não têm força para contradizer, institucionalmente, a diretriz de crescimento espiritual que as doutrinas religiosas disseminam. Estas representam um grande instrumento de fortalecimento dos valores éticos o que auxilia grandemente a concretização dos ideais humanitários.

O cristianismo, especificamente, trouxe a semente dos princípios democráticos de igualdade, verdade e justiça a partir da premissa de irmandade entre os homens, o sistema político-democrático recebeu esses princípios e os transformou em respeito à vida e ao semelhante como premissas éticas para a concretização da solidariedade social e da sustentabilidade do Estado. A sustentabilidade do Estado exige um processo de formação e informação dos cidadãos para que compreendam, pela razão, que o bem-estar de cada um somente se edifica a partir do bem-estar coletivo.

O bem de todos surge quando o Estado cria ambiente econômico estável e cuida de assegurar que os indivíduos efetivamente recebam oportunidade de desenvolvimento de suas potencialidades a um nível suficiente para percepção do contexto social e de poder, em que estão imersos, bem como sejam aptos a prover a própria mantença com seus esforços individuais. Essa circunstância social somente se constrói a partir de educação universal de boa qualidade.

2.3 FORMAS DE CONDICIONAMENTO DO AGIR A PARTIR DA DOUTRINA RELIGIOSA

A solidificação da democracia no ocidente é influenciada pelo cristianismo mas os resultados da prática dessa doutrina são diversos a depender do nível de concretização dos valores referências de verdade, igualdade e justiça nos espaços políticos. A atividade, das igrejas cristãs, de pregação da igualdade e caridade acontece uniformemente nas democracias de centro e nas de periferia, entretanto, esta orientação é percebida segundo matizes diferentes nesses espaços.

Nas democracias de centro o trabalho das igrejas está associado ao desenvolvimento da educação pública eficiente que fornece meios efetivos para que o indivíduo perceba o funcionamento sistêmico da sociedade e as consequências do agir individual para formação da vontade geral. A conduta cívica é consciente e garante liberdade ao comportamento dos indivíduos na esfera pública e privada, para agirem de modo

[6] UNESCO. *Declaração mundial sobre educação para todos.* Jomtien, Tailândia, 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

Livro 1.indb 68 13/12/2016 14:12:05

efetivo na transformação ou mantença do sistema de poder vigente. Nesse contexto, os fundamentos éticos que permeiam o sistema político-democrático têm maiores possibilidades de concretização e a mensagem religiosa tem maiores possibilidades de ser percebida, de forma ideológica, com o conteúdo de pacificidade e amor ao próximo, valores éticos proativos na construção de um ambiente colaborativo e solidário.

Nas democracias de periferia, a pouca qualidade da educação, conduz à percepção da mensagem religiosa como um sistema de premiações e punições, o que gera culpas e ressentimentos. Essa forma de percepção é pouco eficiente na construção de um ambiente de liberdade em que a solidariedade possa surgir como decorrência direta da razão, através da percepção sistêmica da estrutura de poder e da consciência de que o bem estar individual e geral se retroalimentam.

As democracias de periferia estão sempre associadas ao enfraquecimento do sistema de educação que se revela ineficiente para habilitar o cidadão à visão sistêmica do funcionamento social. Os valores de verdade, igualdade e justiça não encontram força para se fazerem condicionantes do agir na vida privada e social, por isso os ensinamentos cristãos são percebidos como elementos de suporte para aceitação do sofrimento decorrente de uma estrutura de poder injusta e desconectada do propósito de construção do bem de todos.

O ideal religioso associado à educação, de boa qualidade e alcance, que prestigia os valores de verdade, igualdade e justiça fortalece a criação de um espaço social solidário que favorece a emancipação do indivíduo a partir da minimização da força das posturas individualistas e predatórias do bem-estar individual e social. Ocorre que, nas democracias de periferia, a solidariedade social, que já alcança pouca força em virtude da falta de vigor dos valores de verdade, justiça e igualdade, ainda mais se prejudica pela percepção repressora da religião decorrente da falta de visão sistêmica da estrutura de poder e do indivíduo como agente construtor dessa estrutura. Ademais, o agir pouco vinculado aos valores acima indicados, nas democracias de periferia, faz nascer inseguranças no relacionamento individual e nas expectativas que os indivíduos guardam relativamente ao poder estatal.

O resultado de toda essa circunstância é o enfraquecimento do cidadão, das instituições e a subjugação de todos que busquem romper a estrutura injusta do poder reinante. As camadas sociais mais vulneráveis são forçadas a se afastarem cada vez mais do desfrute das condições mínimas de dignidade humana através do reforço da ideologia religiosa de prêmios e punições e do estímulo à imagem do poder como algo independente do agir individual.

Ressalte-se que são justamente as pessoas que se encontram em piores condições, relativamente à vivência do mínimo existencial digno, que reforçam, com mais vigor, a estrutura de poder injusta que os vitimiza. É assim, porque é essa camada da população, nas democracias de periferia, que tem menor acesso à educação de qualidade, consequentemente, tem maior dificuldade de formação de visão sistêmica da realidade e menos condições de determinar-se eficientemente para construção de um futuro adequado à boa qualidade de vida de todos e maior ressentimento em decorrência das condições sociais inadequadas ao bem de todos.

A falta de educação tendente à universalidade e qualitativamente bem estruturada faz com que as democracias de periferia sejam contraditórias no sentido de que seu funcionamento aniquila os princípios basilares desse sistema político, por essa

Livro 1.indb 69 13/12/2016 14:12:05

razão, produz a dominação do povo. A dominação se constrói através da manipulação de decisões públicas que desatendem às necessidades mínimas de materialização dos valores de igualdade, justiça e verdade que são condição para o desenvolvimento da solidariedade social que, por sua vez, é indispensável à estruturação da boa qualidade de vida no ambiente social. O agir individual desvinculado da visão sistêmica da realidade é que autoriza o funcionamento, da estrutura de poder, de forma danosa ao bem-estar de todos. Nesse contexto, o cristianismo, nas democracias periféricas, para a população mais vulnerável socialmente, tende a tonificar a doutrina de conformismo ao sofrimento social como expressão da vontade divina, ao invés de fortalecer a doutrina da igualdade e amor ao próximo pregada por Jesus Cristo.

3 VARIAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A educação ocidental moderna teve início sob o pálio de ideias de superioridade e beligerância que transitavam na organização do Estado medieval. Surgiu com a finalidade de adoçar as maneiras, polir o comportamento social para tornar harmônico o convívio na corte. Era privilégio de poucos e acentuava a diferença entre os corteses e a população que habitava a periferia desse espaço social,[7] trouxe a mensagem clara de mais valia dos integrantes da corte em relação aos habitantes do campo.

Essa premissa de superioridade e inferioridade dominava o sistema de poder e justificava violações à dignidade humana, pois os que a ordem de Estado considerava mais dignos se sentiam legitimados a explorar e aviltar os menos dignos, estes, por sua vez, se sentiam inferiores o que facilitava a aceitação dessa circunstância de poder voltada a exploração do ser humano.

Para conter as injustiças advindas da distinção entre os seres humanos, que autorizava atrocidades e existências extremamente penosas no espaço social, a premissa de irmandade entre os homens, advinda do cristianismo, transformou-se em valor ético de igualdade entre os indivíduos, como base organizacional do Estado, posteriormente, cristalizada sob a forma de princípio através do constitucionalismo. Este impôs, ao Estado, o dever de promoção do bem de todos vinculando-o, inclusive, às obrigações de fazer e à tutela de direitos fundamentais que foram se ampliando e especificando em gerações de direitos, como estratégias para limitação da arbitrariedade do poder, direcionamento de humanização do Estado e desenvolvimento do princípio de solidariedade social.

Essa movimentação valorativa, como mudança de percepção da realidade humana, condicionante do modo de agir nos espaços público e privado, causou uma transformação funcional da sociedade e favoreceu a concretização dos fundamentos democráticos que existem modernamente: verdade, igualdade e justiça como instrumentos para alcance do objetivo de promoção do bem de todos. A nova forma de enxergar os indivíduos fortaleceu a solidariedade social e impulsionou o direcionamento das comunidades à valorização da ética e, posteriormente, da ideia de meritocracia.

O propósito de humanização das sociedades, como reação ao Estado medieval, foi decisivo para a criação de instituições e organismos internacionais voltados para a proteção do humanismo e para o fomento à solidariedade no funcionamento do sistema político ocidental. Neste curso, a força vinculante do agir com base nos

[7] ARAÚJO, Valdei Lopes de. Da civilidade à civilização. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 10, n.120, p. 12, set. 2015.

Livro 1.indb 70 13/12/2016 14:12:05

princípios de verdade, igualdade e justiça é indispensável, para a libertação do ser humano das imerecidas desigualdades herdadas das organizações sociais antigas.

A partir do século XVII, em especial com a Revolução Francesa, 1789, a educação, que até então tinha o objetivo de garantir polidez e doçura de modos para o convívio na corte, passou a ser vista como sinal de desenvolvimento dos povos e assumiu dupla dimensionalidade: direito universal e interesse nacional. A habilitação para um convívio social civilizado cedeu lugar à transmissão e produção de conhecimentos técnicos, teve início o trabalho institucionalizado de universalização da educação que compreendia a necessidade de desenvolvimento de habilidades específicas e progressivamente mais refinadas para a execução de tarefas advindas do contínuo aumento de complexidade das sociedades ocidentais.

Os padrões de pensamento humano mudaram através da troca da ideologia de superioridade de alguns indivíduos pela ideia oposta: a de igualdade entre os homens. Esse fato se refletiu na estrutura de poder que produziu a Democracia como único sistema político adequado ao pleno desenvolvimento individual e harmonia de convívio interno na estrutura de Estado. É o início do pensamento moderno de que a liberdade de crescimento individual produz diferenças úteis e complementares que possibilitam a autossuficiência do organismo social. Ela contribui para a estabilidade do sistema político, por isso, o desenvolvimento das habilidades individuais deve ser favorecido, não somente como direito humano, mas também, como prática democrática estruturante do progresso do Estado. Hoje, apreciam-se as diferenças e atribuem-se, a elas, uma valoração equitativa como elemento construtivo, diferença não tem mais conteúdo de superioridade, como na época medieval, tem conteúdo de complementariedade necessária ao desenvolvimento do grupo social e à construção do bem de todos.

A mudança da ideia de desigualdade, sob a ótica de superioridade/inferioridade, pela premissa de igualdade em direitos e obrigações entre os seres humanos, produziu o refinamento da sociabilidade rumo à garantia de igualdade de oportunidades individuais que se pretende alcançar, através da educação universal e de boa qualidade, dentro da estrutura democrática de Estado. A busca de harmonia social através do uso da igualdade entre os homens, como ferramenta de união de forças individuais em favor do bem comum, se constitui em avanço real no curso evolutivo da civilização e para sua concretização é indispensável que a ordem social funcione de modo a associar, à igualdade, os princípios de verdade e justiça como premissas do agir. A esse novo modo de organização social se denominou democracia e esta se apresenta como único sistema político que atende ao movimento moderno de humanismo e funciona permeado pela noção de solidariedade social.

Ocorre que há espaços que, apesar de serem nominalmente democráticos, não conseguem fazer com que o corpo social vivencie os valores de verdade, igualdade e justiça, em virtude de deficiência de universalização de educação em padrão de qualidade mínimo para habilitar o indivíduo à compreensão do ambiente social que o envolve. A depender da extensão e qualidade da educação, vivenciamos, modernamente, dois tipos de democracia, as de centro, que conseguem efetiva realização dos fundamentos dessa estrutura política e democracias de periferia, que não os materializam em nível suficiente pra assegurar a harmonia social.

Livro 1.indb 71 13/12/2016 14:12:05

4 DEMOCRACIA DE PERIFERIA E DEMOCRACIA DE CENTRO

Democracia tem por base o princípio de igualdade, associado aos de verdade e justiça para desenvolvimento da solidariedade social como instrumento para concretização do objetivo de promoção do bem de todos, apesar disso, esse sistema político não se materializa uniformemente nos Estados que a adotam. Ambientes sociais em que a história registra períodos de colonização, a ideia medieval de superioridade/inferioridade mostra resquícios no convívio comunitário e se reflete no sistema de educação. Nesses espaços, a universalização e qualidade do ensino são amesquinhadas e não alcançam nível suficiente para habilitar o cidadão a uma postura socialmente construtiva.

As estratégias de colonização causaram injusto empobrecimento e instituíram desigualdades sociais, em territórios que, posteriormente, se tornaram Estados democráticos e, nos locais onde houve escravidão, essas desigualdades ainda mais se acentuaram. As consequências sociais da colonização e da escravidão são convenientemente denominadas "dívida social". Sob essa denominação, podem ser geridas, parceladas, negociadas em vez de serem tratadas como uma questão urgente e prioritária.

As desigualdades decorrentes dessas circunstâncias, além de injustas se recrudescem ou se perpetuam no tempo, e a maior causa disso é a falta de efetiva priorização do serviço de educação como instrumento de transformação dos valores praticados no período colonizatório, como forma de ressarcimento imediato dos danos causados por esse período, para que a democracia efetivamente promova a libertação individual e o desenvolvimento justo do Estado.

Os investimentos em educação servem tanto à realização individual e concretização da dignidade humana, quanto ao desenvolvimento do Estado, essa realidade foi percebida por organismos internacionais que buscam o fortalecimento dos ideais humanitários no Planeta e, estes, reconhecem que os recursos utilizados em educação básica são o maior investimento que se pode fazer no povo e no futuro do país.[8]

As desigualdades injustas, por si, produzem a formação de classes sociais e estimulam a animosidade entre elas, disso decorre a instabilidade grupal prioritariamente estimulada pela desconfiança recíproca entre segmentos sociais diversos, cuja diversidade decorre da falta de oportunidade de desenvolvimento das potencialidades individuais. Tal realidade dificulta a concretização dos princípios de verdade, igualdade e justiça, o que, por sua vez, impede a formação do manto de solidariedade social. Por essa razão, as democracias, estruturadas sob essa realidade social, não conseguem materializar o objetivo estatal de construção do bem de todos e ao invés de libertar o indivíduo para um agir consciente o aprisionam pela ignorância sobre a realidade social e de poder que o submete.

A depender do empenho do sistema de poder em ampliar o alcance e melhorar a qualidade da relação ensino/aprendizagem, as democracias conseguem ou não concretizar os seus próprios valores fundamentais de verdade, igualdade e justiça que servem ao propósito de libertação do homem, e construção do bem de todos. A concretização desses princípios, como força vinculante do agir, orientam no sentido do cuidado com educação como estratégia de redução dos danos sociais advindos do

[8] UNESCO, 1990.

Livro 1.indb 72 13/12/2016 14:12:05

contexto histórico/social. Nas democracias de periferia essa estratégia não é priorizada e nas democracias de centro ela é tratada como condição de crescimento do Estado.

O nível de concretização dos valores de justiça, verdade e igualdade permite a vivência mais, ou menos, efetiva do princípio de solidariedade social, que se revela como um elemento de distinção entre as democracias de centro e democracias de periferia. Nas primeiras, a percepção sistêmica da realidade social e individual, dos cidadãos, e a força da confiança recíproca estimulam a solidariedade, favorecem a priorização da educação como instrumento de desenvolvimento, impulsionam o sistema econômico, as relações sociais e vinculam as ações individuais e públicas. Nas democracias de periferia, a falta de visão sistêmica é causada pela educação insuficiente para realizar essa habilidade no indivíduo e reforça a desconfiança entre as classes sociais e entre os relacionamentos individuais.

A desconformidade da educação, nas democracias de periferia, retroalimenta a debilidade de vivência dos valores de igualdade, justiça e verdade, o que favorece os focos de corrupção e gera vulnerabilidade social, política e/ou econômica em graus diversos. Por essa razão a capacidade das democracias de periferia de concretização do bem de todos é apequenada e as desigualdades produzidas pelo ideal superioridade/inferioridade entravam o desenvolvimento da solidariedade social.

As vulnerabilidades sociais, geralmente estão relacionadas, influenciam-se reciprocamente e se apresentam em todos os Estados, mas seu alcance e intensidade variam de acordo com o tipo de democracia. O que distingue as democracias em centrais ou de periferia é a intensidade da força condicionante dos princípios de verdade, justiça e igualdade sobre o agir individual e público. A partir da vivência desses valores, forma-se o ambiente social de maior ou menor nível de solidariedade social.

Quanto maior a força condicionante dos princípios de verdade, justiça e igualdade, maior a solidariedade social, a estabilidade e segurança do sistema político, o que facilita o cumprimento do objetivo de produção do bem de todos. Onde a força condicionante do agir vinculado aos valores referidos é vigorosa, formam-se as democracias de centro, que oferecem boa qualidade de vida pois as relações se pautam pela solidariedade social e tendem a vivenciar com mais determinação a dignidade da pessoa humana e os fundamentos do humanismo. A solidariedade social tem relação direta com a confiança que as pessoas depositam umas nas outras e a uniformidade do corpo social exerce papel relevante nesse contexto, pois uma sociedade muito desigual tende à pouca solidariedade entre os segmentos diferentes.

As dificuldades de vivência social dos princípios de verdade, igualdade e justiça, produzem, ou recrudescem, o funcionamento de sociedades desiguais em oportunidades, e de baixa solidariedade social, dificultam a universalização e melhoria de qualidade da educação. Outrossim, a pouca qualidade e alcance da educação ratifica a debilidade de vivência dos valores acima referidos. Essa realidade parece estar inseparavelmente ligada às democracias de periferia, ademais, a educação insuficiente para formação de visão sistêmica sobre a formação e funcionamento da estrutura de poder vigente no corpo social induz o cidadão à apatia e à incapacidade de transformação dessa realidade.[9]

[9] ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Relatório nacional PISA 2012:* resultados brasileiros. p. 49. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2014/relatorio_nacional_pisa_2012_resultados_brasileiros.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2016.

Livro 1.indb 73 13/12/2016 14:12:05

A educação insuficiente acentua o nível de vulnerabilidades sociais, em virtude da falta de oportunidade de crescimento e superação da pobreza e da marginalidade causadas por circunstâncias históricas e alimenta a permanência de uma estrutura de poder que subjuga o indivíduo.

As democracias de periferia revelam baixa legitimidade material do mando público porque o exercício da cidadania não se concretiza apenas com o direito universal de sufrágio, este se constitui apenas em requisito formal de seu exercício. Para que se cumpra o pressuposto material de exercício da cidadania é indispensável que os indivíduos estejam habilitados à percepção das consequências sistêmicas de seu agir para a formação da estrutura de poder onde estão inseridos. Essa habilidade é que torna o indivíduo apto ao exercício da liberdade, pois esta pressupõe consciência dos riscos do agir e das circunstâncias que formam a realidade social onde se vive.

Liberdade exige, também e simultaneamente, que os indivíduos sejam emocionalmente capazes de escolhas, o que somente ocorre quando estão atendidas as necessidades mínimas de existência digna. O indivíduo é livre quando é capaz de pensar com elementos diversos livre da incerteza quanto a sua subsistência.[10] Sem que estejam preenchidas as condições essenciais de exercício material da cidadania, que são consciência e liberdade, surge a apatia de grande parte da população. Nos espaços políticos em que a educação nega habilitação mínima para o exercício da cidadania, o que comumente se denomina legitimação do poder de mando, o critério de maioria é apenas a expressão do subdesenvolvimento da capacidade crítico/criativa, que produz a imprevisibilidade dos riscos decorrentes do comportamento individual.

A imprevisibilidade de consequências racionalmente previsíveis é decorrência da falta de visão sistêmica das circunstâncias e fatos cotidianos, imposta aos indivíduos que não recebem a oportunidade de desenvolvimento de suas potencialidades através da educação minimamente eficiente. A educação de boa qualidade e alcance conduz o indivíduo a compreender a diferença entre a manifestação da estrutura de poder e a sua essência. Esta se constitui das ações e omissões que produzem o mando político na sociedade, enquanto a manifestação é apenas a aparência das causas constitutivas deste mando, aos olhos da população. A educação deficiente só permite o acesso da população à manifestação do poder, o mando que ele produz, para alcançar a essência da constituição da estrutura de poder é necessário que se tenha acesso a uma educação de qualidade mínima para habilitar à formação de visão sistêmica.

É a partir da visão de sistema de poder que o indivíduo se torna livre, pois nasce para ele uma multiplicidade de possibilidades decisórias[11] a partir da compreensão das causas e consequências de sua conduta como instrumento de formação do mando final na comunidade. É essa liberdade que o sistema democrático objetiva produzir e tutelar. É forçoso, então, entender que os sistemas políticos democráticos se conduzirão de modo responsável[12] quando o funcionamento de sua estrutura de poder for alcançável à compreensão popular e estiver diligentemente voltada à utilidade pública como objetivo moral.

Sem educação de qualidade e tendente à universalidade não é possível o exercício da cidadania e o sistema de poder se torna ilegítimo. Esse é o contexto social das democracias de periferia que podem produzir graus diversos de fragilidade social,

[10] LOM, Peter. Foreward. In: PATOCKA, Jan. *Plato and Europe.* Stanford, California: Stanford University Press, 2002. p. xvi.
[11] DE GIORGI, Raffaele. *Direito, democracia e risco:* vínculos com o futuro. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1998. p. 42.
[12] PATOCKA, Jan. *Plato and Europe.* Stanford, California: Stanford University Press, 2002. p. 142-143.

Livro 1.indb 74 13/12/2016 14:12:05

a depender da intensidade de vivência dos princípios de verdade, justiça, igualdade, como agentes condicionantes do agir. Quanto maior a vinculação, maior a força e o alcance do princípio de solidariedade social.

Nas estruturas sociais onde a educação não habilita para a consciência e automantença dignas, o poder se concretiza através da imprevisibilidade das consequências decorrentes de cada postura individual, ou pública, e de sua importância para formação da vontade geral. A incapacidade para adoção de postura individual e social ativa e consciente é decorrência direta da deficiência da educação, tanto quanto a incapacidade do povo de entender a interferência de seu comportamento privado e público, para a construção do sistema de poder no espaço social em que vive.

Ressalte-se que a ineficiência da educação cria a impossibilidade real de transformação, uma vez que produz a dificuldade de automantença digna, através do trabalho, pois as deficiências de aprendizado, normalmente, se associam a remunerações inadequadas ao atendimento do mínimo existencial. Baixas remunerações implicam submissão a subempregos e dificuldades de subsistência. A deficiência de educação, além obstruir o desenvolvimento de visão sistêmica da realidade, impõe grande desgaste físico para o indivíduo, por ela vitimado, para prover a própria existência, também, acentua a baixa estima e toda essa cadeia de desconforto físico, emocional e intelectual fomenta a apatia cívica e o pouco respeito pelo outro.

As democracias de periferia tendem a permanecer, indeterminadamente, nessa condição, pois como não há prioridade em efetiva melhora de qualidade e acesso à educação, cria-se um círculo vicioso entre apatia social e deficiência do serviço de ensino que se retroalimentam e criam um ambiente inóspito à vivência vigorosa dos princípios de verdade, justiça e igualdade. Por isso, as democracias de periferias estão sempre associadas à instabilidade social, fomentada pelo baixo grau de solidariedade social.

É engano pensar que as democracias de periferia estão a caminho de se tornarem democracias de centro, isso só acontecerá por meio de efetiva mudança no trato da educação para que ela habilite os cidadãos ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades intelectuais e habilidades individuais de forma livre. É esse crescimento individual que sustenta a postura social ativa e consciente, sem ele o ser humano é vitimado pela apatia e pela impossibilidade reativa que conduza à materialização de seu próprio bem-estar e do bem-estar social.

Não conseguir avaliar as consequências, racionais, decorrentes das próprias tomadas de decisão é circunstância social comum nas democracias de periferia, por incapacidade de percepção sistêmica de grande parte da população, decorrente da baixa qualidade da educação e/ou de seu alcance social insuficiente. A estrutura de poder, nessa espécie de sistema político, fomenta a impossibilidade de exercício material da cidadania e, consequentemente, a apatia social, através da mantença de diversos entraves ao desenvolvimento das próprias potencialidades intelectuais e habilidades individuais.

A estratégia de imposição de dificuldades ao desenvolvimento individual pleno impede a vivência dos princípios democráticos de verdade, igualdade e justiça, por isso, os sistemas políticos que não priorizam a educação de boa qualidade e alcance universal não conseguem, efetivamente, reduzir as desigualdades advindas da história evolutiva da civilização ocidental, sobretudo onde houve colonização e regime escravagista. A falta de efetividade no trato da educação, que impede o desenvolvimento da habilidade para visão sistêmica, mantém estagnados os espaços políticos e sociais e bloqueia a possibilidade de transformação da democracia de periferia em democracia

Livro 1.indb 75 13/12/2016 14:12:05

de centro. Tais ordens de poder favorecem a criação de beneficiamentos indevidos, que somente podem permanecer no tempo se a população for mantida em situação de apatia, decorrente da incapacidade de percepção sistêmica e incapacidade reativa.

As deficiências de desenvolvimento intelectual são responsáveis por agrilhoar os indivíduos ao esforço extremo para assegurar o mínimo existencial a si e a sua família, por isso a qualidade de vida nas democracias de periferia é baixa como se verifica através dos indicadores sociais. Esses sistemas políticos contrariam sua condição básica de sustentabilidade, a oferta de oportunidades de desenvolvimento pleno da pessoa humana, e a condena à apatia, em virtude da escravidão da alma que advém do estado de ignorância, assim se garante a permanência de beneficiamentos injustos.

Agir fatalmente envolve a possibilidade de que decorram circunstâncias imprevistas ou incontroláveis denominadas riscos. Em face da criatividade humana e do acervo de conhecimentos que ainda fogem ao alcance da humanidade, a sociedade moderna opera sem referências, sem poder ver o seu futuro, entretanto, cada operação, cada atividade ou apatia produz um futuro.[13] As democracias de periferia e as democracias de centro se distinguem pelo nível de visão sistêmica que a educação fornece aos cidadãos. Se a população tem acesso à educação universal e de qualidade é capaz de exercício material da cidadania e de influenciar positivamente a estrutura de poder que a envolve. A educação de qualidade fortalece os princípios de verdade, igualdade e justiça, como condição de sustentabilidade e harmonia sociais, sendo a partir do agir vinculado a esses princípios que surgem as condições de desenvolvimento da solidariedade social.

A falta de percepção sistêmica da realidade reduz, totalmente, a possibilidade, da população, de avaliar os riscos de suas decisões e de se determinar a partir dessa análise. Se a educação somente habilita para o exercício da cidadania quando fornece os elementos mínimos para que o indivíduo desenvolva a visão sistêmica da estrutura de poder que o envolve, somente colabora com a concretização do bem de todos e com a estabilidade estatal quando fortalece os valores de verdade, igualdade e justiça, como princípios condicionantes do agir.

A harmonia entre o funcionamento do poder e o bem-estar de todos decorre da percepção sistêmica que torna os indivíduos conscientemente ativos na formação da estrutura de poder que os vincula. Neste contexto, exerce papel preponderante o entendimento de que o bem-estar de cada cidadão não se antagoniza com o bem-estar comum, ao contrário, o bem-estar de todos é construído, diretamente, a partir do agir individual e o condiciona. Habilitar a população à postura ativa e consciente, somente se faz através da educação e traduz responsabilidade social, ademais, marca a diferença de postura e qualidade de vida entre as democracias de periferia e de centro.

Importa considerar que as decisões individuais, tanto na esfera privada quanto na pública, interferem na formação da vontade geral e da estrutura de poder que conduz o funcionamento do Estado. Nas democracias de periferia o mando estatal, resultado do somatório do agir individual, não tutela o bem de todos como finalidade de Estado, geralmente se utiliza de um discurso nesse sentido, mas as ações de gestão, em todas as instâncias, o contradizem frontalmente. Observa-se, também que as pessoas se sentem injustiçadas por essa espécie de mando como se este fosse algo que se lhes impõe a partir de uma instância incontrolável e superior. Essa dinâmica de funcionamento das democracias de periferia demonstra que, nesses espaços, os

[13] DE GIORGI, 1998, p. 137.

Livro 1.indb 76 13/12/2016 14:12:05

indivíduos não são capazes de avaliar, contextualizadamente, as consequências de suas escolhas e, também, não percebem sua interferência na formação do agir estatal que, nessa espécie de sistema político, os subjuga e vitimiza.

A deficiência de visão sistêmica é que induz os indivíduos a agirem com base em impulsos de satisfação de necessidades imediatas, muitas vezes não percebem que tal escolha poderá causar flagelos futuros ou sua condição de sobrevivência é tão vulnerável que não tem escolha. A cegueira relativa à estrutura de funcionamento do poder, como resultado do agir individual, diminui bastante a possibilidade de que o cidadão perceba a necessidade de aperfeiçoamento dos valores referenciais do convívio grupal saudável: verdade, igualdade e justiça. Sobretudo, anuvia a percepção de que somente a vivência desses valores fortalece a solidariedade social, caminho indispensável para a construção do bem de todos.

Os valores de verdade, justiça e igualdade não se concretizam de modo perfeito nas democracias de centro, pois existe certa porção de impossibilidade de previsão dos riscos de atividade/apatia, em virtude da criatividade humana e dos limites de conhecimentos disponíveis no atual estágio evolutivo da humanidade. Ocorre que nas democracias de periferia esse risco é muito alto e nas democracias de centro é marcantemente diminuído por que, nos sistemas políticos de centro a consciência social é vigorosa. Consequentemente, o funcionamento do poder tende à libertação do indivíduo, na medida em que este age a partir da consciência sistêmica do funcionamento do poder que o vincula e possui elementos suficientes para se determinar a partir dessa consciência. Somente nesse espaço político é possível a vivência efetiva da liberdade.

Nas democracias de centro, os princípios de verdade, justiça e igualdade não se concretizam de modo absoluto, mas, em virtude da força da consciência social, as violações a eles são mais perceptíveis e não conseguem formar um sistema organizado que interligue toda a estrutura de poder. Os focos de violações estão segmentados, restritos aos âmbitos de cada instância estatal ou social, não criam interdependência institucional voltada à afronta aos princípios referidos. As violações assumem uma peculiaridade de maior isolamento, como ações individuais ou de grupos pequenos, que não têm força suficiente para produzir desigualdade de classes sociais e impedir a concretização da solidariedade social construtiva do objetivo de promoção do bem de todos. A educação de boa qualidade e alcance, nas democracias de centro, além da consciência sistêmica, garante a distribuição razoavelmente equitativa de oportunidades, por isso esses sistemas políticos tendem a reduzir disparidades sociais de modo muito mais efetivo do que as democracias de periferia.

5 ÉTICA E PREJUÍZOS SOCIAIS NA RELAÇÃO ENTRE AS DEMOCRACIAS ATUAIS

É fato que os valores referenciais de convívio não são plenamente concretizados nas democracias de centro, a história ocidental mostra as colonizações como formas injustas de transferência de riquezas dos territórios colonizados para os colonizadores, e também revelam o potencial destrutivo, destes, com base nas premissas de superioridade de alguns indivíduos. Essa forma de enxergar a condição humana estendeu a ideia de superioridade, também, às civilizações de modo que a civilização europeia passou a ser vista como padrão de desenvolvimento. Foi nessa condição que os Estados europeus se conduziram nos episódios de colonização, se impuseram

Livro 1.indb 77 13/12/2016 14:12:05

aos povos colonizados com a mesma superioridade que os corteses se impunham à população do campo, na idade média.

A premissa de superioridade de uns em relação a outros justificou o enriquecimento injusto dos colonizadores à custa do empobrecimento, igualmente injusto, dos povos colonizados, ademais, a riqueza envolvida nessa atividade foi de grande monta e favoreceu o fortalecimento das democracias europeias que, hoje, se tornaram democracias de centro. É forçoso entender que os recursos retirados das colônias causaram não somente um empobrecimento material, mas, sobretudo, disseminaram a mensagem de exploração do outro e de subjugação para auferimento de vantagens injustas. Essa herança de padrões de convivência se faz sentir ainda hoje e fortalece as condutas antiéticas; nas democracias de periferia permeia todo o tecido social inclusive as estruturas administrativas do Estado. Os recursos materiais injustamente retirados das colônias impulsionaram o desenvolvimento das democracias europeias, colonizadoras, e impuseram grande dificuldade ao desenvolvimento dos espaços colonizados.

Apesar do reconhecimento dessas transferências indevidas de riqueza e apesar de que os valores de verdade, igualdade e justiça se concretizem eficientemente nas democracias de centro, não houve qualquer movimento de ressarcimento dos povos colonizados em razão das riquezas que lhes foram retiradas. Nas democracias de centro, os valores de igualdade, verdade e justiça vinculam fortemente o agir, essa circunstância produz boa qualidade de vida, entretanto, a falta compensação dos danos causados aos povos colonizados se apresenta como um corte nesse referencial ético, das democracias colonizadoras. Esse assunto, ainda que venha à tona em discussões internacionais, não dá origem a uma ação efetiva de ressarcimento dos povos lesados, considera-se que o fato fez parte de uma fase histórica, já superada, cujas consequências se encerraram com ela. A maioria desses territórios colonizados são hoje democracias de periferia. Inegavelmente, há organizações de combate à pobreza que atuam nesses espaços, mas não há direcionamento de ações para ressarcir o prejuízo específico sofrido pelos povos colonizados.

Seguindo a mesma estrutura de corte ético, houve povos explorados através da escravidão que produziram riqueza, injustamente, tanto para as democracias de centro quanto para as de periferia e também não foram compensados pelo exaurimento de suas forças, físicas e emocionais, aplicadas na produção de bem-estar para a população escravizadora, considerada socialmente superior.

A colonização e a escravidão causaram enriquecimentos e empobrecimentos injustos que, mesmo com o surgimento do princípio de igualdade entre os homens, não foram ainda reparados. Os programas de atendimento social, em sua maioria, têm caráter de atendimento das necessidades emergenciais de subsistência, por isso os povos permanecem dependentes destas ações. Uma providência promissora seria o investimento em estrutura de apoio à melhoria de qualidade e universalização do ensino nas democracias de periferia, pelas democracias de centro, como forma de reparação dos danos decorrentes da colonização, com o objetivo de libertação do indivíduo e construção de uma sociedade mais justa.

As práticas escravagistas, inclusive, aumentaram o número de indivíduos que não recebem oportunidade de desenvolvimento de sua personalidade através da educação, e a redução do número desses indivíduos que permanecem nessa situação de vulnerabilidade não será efetiva enquanto essa questão permanecer sendo tratada como “dívida social”. Essa realidade tem sido trabalhada por força do humanismo, mas em virtude do funcionamento da economia moderna, muitos espaços públicos não

Livro 1.indb 78 13/12/2016 14:12:05

têm um projeto eficiente de educação de qualidade e alcance universal para superar essa falta de oportunidades de desenvolvimento das potencialidades individuais que vitima a parcela mais vulnerável da população e mesmo os que se empenham para este objetivo não superarão as dificuldades existentes, salvo a um prazo muito longo.

Merece nota, ainda, o fato de que a existência de democracias de periferia funciona como instrumento de fortalecimento progressivo das democracias de centro, através de inúmeras circunstâncias como, por exemplo, o desequilíbrio tecnológico e de qualificação de mão de obra entre as duas espécies de democracia, que beneficia as primeiras.

É o caso do comércio de *commodities*, pois o beneficiamento da matéria-prima exige tecnologia, mão de obra especializada e investimentos que são escassos nas democracias de periferia, sobretudo por falta de qualidade e alcance da educação ofertada por elas. Dessa forma, é comum que os insumos sejam comercializados pelas democracias de periferia e o beneficiamento, muito mais rentável social e economicamente, se faça através das democracias de centro. Essa atividade aporta mais rentabilidade à atividade de beneficiamento o que fortalece economicamente as democracias de centro, em maior escala do que traz benefícios para as democracias de periferia. Tal realidade estimula a permanência das disparidades econômicas entre estas e as democracias de centro.

O comércio desses insumos e seu beneficiamento seria muito mais favorável ao crescimento equilibrado das democracias, à superação das desigualdades globais, ao enfrentamento da pobreza e ao fazimento de justiça se tais contratos se estruturassem com base em divisão de despesas e receitas advindas dessa negociação para a repartição percentualmente justa do resultado final do produto. Esse compartilhamento deveria envolver, essencialmente, trabalho conjunto de investimento em educação, sobretudo em pesquisa, como forma de ressarcimento dos povos colonizados, quando as negociações envolvessem países colonizadores e colonizados.

6 LEGITIMIDADE DO PODER DE MANDO E DEMOCRACIA

O grau de legitimidade do poder de mando varia de acordo o nível de visão sistêmica da população que será tanto maior quanto melhor a qualidade e o alcance da educação. E o poder legítimo será tanto mais democrático quanto maior a intensidade da força vinculatória dos valores democráticos de verdade, igualdade e justiça sobre o agir, nos espaços sociais. A baixa qualidade e alcance da educação, nas democracias de periferia, produzem a apatia popular, sua incapacidade de ação proativa para interferência, útil ao seu próprio bem-estar, na formação do poder a que pretendem se submeter. Nesses espaços, o funcionamento da estrutura de poder se legitima pela falta de capacidade de ação eficiente e consciente da população para produção de um mando político justo.

A apatia autoriza a ação da estrutura de poder injusta, não lhe oferece resistência, por isso, fortalece as dificuldades impostas pelas decisões políticas desconectadas do compromisso de produção do bem-estar de todos. A inatividade popular em relação às decisões políticas decorre da falta de visão sistêmica da realidade, que tem base na pouca qualidade e alcance da educação oferecida no Estado. Tal circunstância impede a população de constranger, eficientemente, as decisões públicas, à satisfação de suas próprias necessidades de melhoria de qualidade de vida.

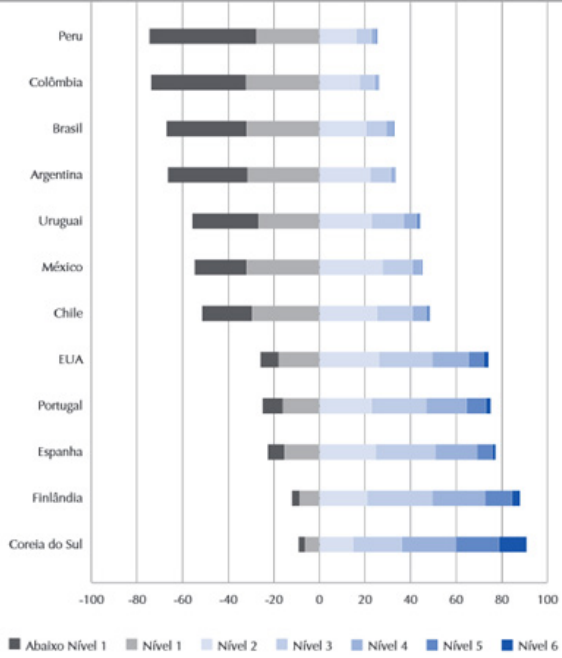
Livro 1.indb 79 13/12/2016 14:12:05

Através da perpetuação da baixa qualidade do ensino, nas democracias de periferia, se limita o âmbito de visão do indivíduo, especialmente quanto à percepção das consequências sociais de seu agir individual e isso assegura a continuidade da estrutura de poder injusto. Por isso, nas democracias de periferia, o poder se revela escravizante do ser humano, subjuga o interesse de bem-estar comum ao interesse de favorecimentos imerecidos, e dificulta a percepção de que este funcionamento prejudica a todos, inclusive quem se julga beneficiado por esse sistema injusto.

Nas democracias de periferia, apenas uma pequena parcela da população concretiza o direito ao desenvolvimento pleno de suas potencialidades individuais, a maioria permanece sem receber educação em nível mínimo que habilite para a determinação conscientemente na construção do poder. Em virtude dessa insuficiência de percepção, as pessoas que não têm oportunidade de pleno desenvolvimento de suas potencialidades individuais, muitas vezes, não percebem que é seu próprio modo de conduta individual e social que reforça a mantença do poder que lhes flagela.

O agir injusto cada vez mais se fortalece, à medida que diminui a capacidade, do povo, de percepção do funcionamento danoso da engrenagem do poder, e essa deficiência de percepção será tanto maior quanto pior for a qualidade da educação. Os gráficos[14] abaixo mostram a associação inegável das democracias de periferia à baixa qualidade da educação. Nos gráficos, o nível de qualidade da educação é crescente a partir de 1 até 6 e a formação de visão sistêmica somente pode acontecer a partir do nível 2 de proficiência em matemática.

Figura 1 – Distribuição percentual dos estudantes por níveis de proficiência em matemática nos países

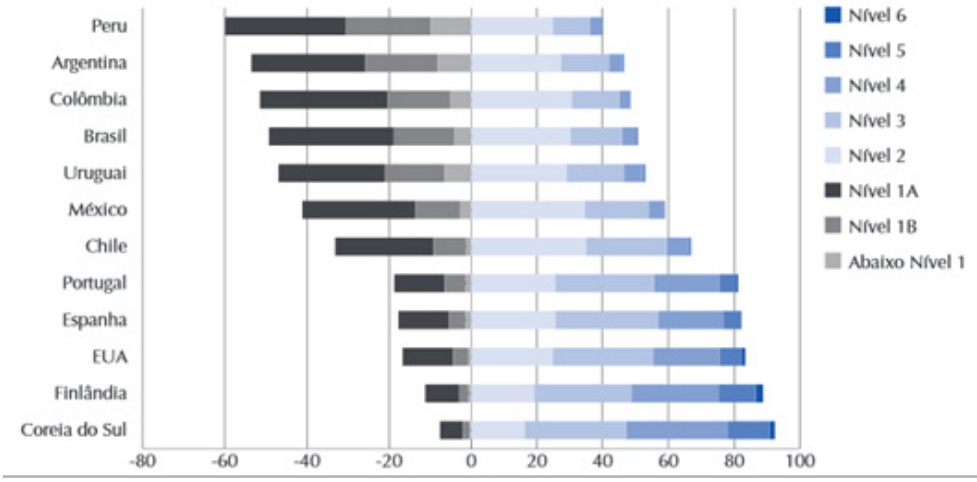


Fonte: OCDE. *Relatório Nacional PISA 2012*: resultados brasileiros. p. 20.

[14] ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2012, p. 20, 41, 50.

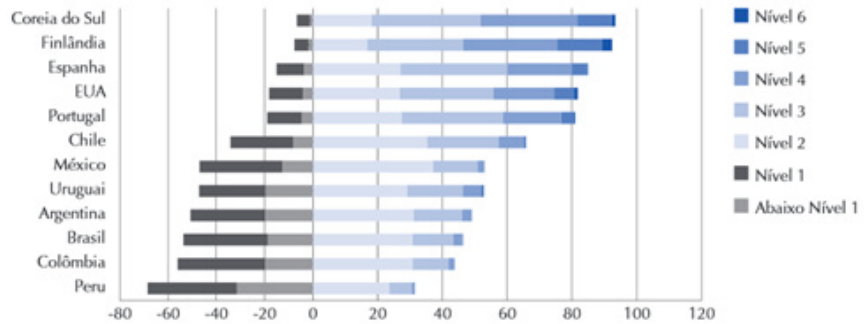
Livro 1.indb 80 13/12/2016 14:12:05

Figura 2 – Distribuição percentual dos estudantes por níveis de proficiência em leitura nos países



Fonte: OCDE. *Relatório Nacional PISA 2012*: resultados brasileiros. p. 41.

Figura 3 – Distribuição percentual dos estudantes por níveis de proficiência em ciências nos países



Fonte: OCDE. *Relatório Nacional PISA 2012*: resultados brasileiros. p. 50.

As democracias de periferia ainda vivenciam a ideia de superioridade/inferioridade do período medieval, por isso, mantêm a educação em qualidade e alcance insuficientes para o desenvolvimento das habilidades individuais ao nível de tornar possível a percepção sistêmica da realidade. Nesses espaços, o poder permanece com funcionamento produtor de benefícios injustos, de desigualdades indevidas, e essa situação tende a se perpetuar. Desse fato, forçosamente afloram duas conclusões, a de que a baixa qualidade da educação é utilizada como instrumento de reforço do mando injusto e a de que a tendência das democracias de periferia é permanecer com a mesma estrutura social de subjugação, desigualdade e desrespeito à dignidade humana, por falta de educação que vincule o agir aos valores de verdade, igualdade e justiça e que habilite o indivíduo à percepção da estrutura de poder que ajuda a construir.

Livro 1.indb 81 13/12/2016 14:12:05

Se a falta de percepção sistêmica causa a apatia popular, se essa apatia se produz e reforça através da educação de baixa qualidade e se as democracias de periferia oferecem educação de baixa qualidade ao longo do tempo, então não há indicativo algum de que esses espaços sociais assumam qualquer postura transformadora da realidade social. Por isso se diz que as democracias de periferia não estão a caminho de se transformarem em democracias de centro, elas tendem a permanecer na posição de periferia. Evidentemente, o descaso com o sistema de ensino, nas democracias de periferia, serve ao ideal escravizante do ser humano que se propaga ao longo do tempo, desde a origem histórica da civilização ocidental e prejudica, inclusive, seu desenvolvimento econômico.

As democracias de periferia revelam um comportamento autodestrutivo como resultado dos óbices que impõe ao desenvolvimento da capacidade intelectual e habilidades individuais, por isso a justiça como fundamento democrático não se concretiza e essa realidade compromete a esperança, do povo, de alcançar melhores condições de vida. A falta de esperança é forte estímulo à violência, quando o povo não tem esperança de transformar a realidade que o vitimiza, não tem o que perder, portanto, os índices de violência tendem a ser altos, nas democracias de periferia, se comparados com as democracias de centro.

A beligerância é marcantemente acentuada nas democracias de periferia e, como é força de destruição, milita contra a concretização dos fundamentos democráticos de justiça, verdade e igualdade, outrossim impõe sérias barreiras ao surgimento da solidariedade social, porque essa instabilidade social faz nascer o medo do outro, que é visto como um diferente, um desconhecido e potencialmente, um inimigo. Nesses espaços, a educação que deveria contrariar as circunstâncias que levam ao medo e à exclusão do outro,[15] não tem qualidade nem alcance para realizar essa tarefa, por isso o antagonismo interno da sociedade milita contra o desenvolvimento, segurança e estabilidade desses sistemas políticos. O comportamento beligerante, claramente, decorre da falta de percepção de que o bem de cada um depende do bem de todos e de que cada atividade/inatividade individual interfere na formação da vontade geral. Essa capacidade de percepção é tanto mais prejudicada quanto pior for a educação no Estado, como as democracias de periferia possuem educação insuficiente para o pleno desenvolvimento das potencialidades individuais, não conseguem habilitar o cidadão para o agir proativo, orientado à construção do bem comum.

Somente se produz o bem comum quando o agir é vinculado aos valores de justiça, verdade e igualdade, pois é essa forma de conduta que produz a solidariedade social que, por sua vez, arrefece os ímpetos individualistas e beligerantes. Nas democracias de periferia, o sistema de poder se exerce com matizes de dominação, as pessoas não são livres para oferecer oposição suficiente para limitar esse poder, há um desequilíbrio no balanceamento das forças que constituem o poder, que Galli entende como relação poder/contrapoder,[16] porque a baixa qualidade da educação deixa a alma exposta à falta de percepção do funcionamento sistêmico do poder. Nesse contexto, não se consegue produzir uma boa qualidade de vida, seja individual seja no espaço público, pois, para que esta se construa, é indispensável que os indivíduos estejam habilitados à interferência consciente na formação do sistema de mando político/econômico/social.

[15] UNESCO. *Declaração de princípios sobre a tolerância.* 1995. Art. 4º, item 4.3. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131524porb.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2016.

[16] GALLI, Carlo. *Il disagio della democrazia*. Torino: Giulio Einaudi Editore S.P.A, 2011. p. 83.

Livro 1.indb 82 13/12/2016 14:12:05

A educação ineficiente inabilita o homem para a construção de um ambiente social em que o sistema de poder opere em favor dos ideais humanitários, dessa forma, as democracias de periferia não conseguem ter em vista, nas tomadas de decisão, exclusivamente o interesse público como requisito moral.[17] As democracias de periferia tendem a permanecer nessa condição, pois realizam uma espécie de autofagia das forças de transformação do sistema de mando, ademais, vivenciam altos índices de violência social como resultado do desequilíbrio da relação de forças individuais na construção do sistema de poder nesses espaços.

7 CONCLUSÃO

A falta de oferta de educação, capaz de habilitar a população para a visão sistêmica do contexto social e de poder, dificulta a concretização dos valores fundantes da democracia, verdade, igualdade e justiça, como condicionamentos naturais do agir. Somente essa espécie de agir é capaz de fortalecer a solidariedade social, indispensável ao equilíbrio das instituições e à tranquilidade dos relacionamentos sociais. Tal contexto social faz menor a qualidade de vida e autoriza a instalação do mando estatal injusto porque desvinculado do propósito de efetiva construção do bem-estar de todos.

Para sustentabilidade e perpetuação desse mando, as estruturas de poder reforçam a imagem de segmentação de realidades, as apresentam sob um pálio de autonomia, essa estratégia recrudesce a dificuldade de visão sistêmica do contexto político/econômico/social e também favorece a imagem de que as ações políticas e de gestão são independentes do funcionamento do sistema de poder que envolve todo o corpo social. Essa maneira de enxergar a realidade possibilita o isolamento de agentes e providências que eventualmente tornem evidente o funcionamento do poder como instrumento de subjugação, assim para atender a reações populares de oposição a elas, a estrutura de poder afasta o agente diretamente responsável, sem comprometer o núcleo do mando injusto. Essa forma de atuação causa a impressão de busca de seriedade administrativa e de concretização da justiça em favor dos interesses comuns, entretanto, essencialmente, permanece intacta a estrutura de poder injusta e escravizante.

A aparência de autonomia de ações de política e gestão contribui para evitar a percepção de que o mando de subjugação se forma a partir do consenso de todos, ainda que inconscientemente, e que se sustenta através da negativa de educação de qualidade e alcance universal. Negar educação de boa qualidade retira, da população, a liberdade de autodeterminação, por falta de percepção sistêmica da origem e funcionamento do poder que a envolve. A deficiência de educação garante que a população não alcance um nível de conhecimentos mínimos indispensáveis para identificar os riscos de suas condutas e omissões no seio social.

Para reduzir a reação social, aos governos injustos, e permitir que seu funcionamento se perpetue, os sistemas políticos democráticos de periferia violam o princípio de verdade para ocultar as ações que ferem o princípio de igualdade e impedem a concretização de justiça no ambiente político/social e econômico. É através da violação

[17] HUME, David. *Uma investigação sobre os princípios da moral.* Trad. José Oscar de Almeida Marques. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 2013. p. 31.

Livro 1.indb 83 13/12/2016 14:12:05

ao princípio de verdade que essas estruturas de poder conseguem perpetrar condutas que afrontam o ideal humanitário, pois agrilhoam à população a um comportamento social inconsciente que autoriza a continuidade do funcionamento, desse sistema político, como ordem de poder escravizante.

A violação ao princípio de verdade impede que os indivíduos percebam que é a falta de educação eficiente que lhes impede de visualizar os elementos que determinam a formação e mantença do contexto social em que estão inseridos e lhes retira a análise eficiente dos riscos de sua conduta individual. Essa dinâmica de funcionamento do sistema de poder pode ser entendida como uma espécie de culto ao segredo, pois este coloca a pessoa em um estado de exceção, em que ela opera como uma atração de pura determinação social,[18] é exatamente esse segredo, advindo da educação de qualidade insuficiente, que assegura a continuidade das condições sociais existentes. Essa realidade é marcante nas democracias de periferia por isso seu funcionamento está muito distante de preparar o indivíduo para o pleno exercício da cidadania. Cidadania pressupõe liberdade e a falta de educação eficiente mantém os indivíduos subjugados a sua própria incapacidade de avaliação da realidade e de modificação do contexto social.

As democracias de centro são mais eficientes na concretização da justiça porque a boa qualidade de sua educação permite à população atuar com menos riscos para a efetiva distribuição equitativa dos recursos disponíveis, por isso, nesses espaços é possível dizer que há o exercício da cidadania e que os indivíduos são livres. Nas democracias de periferia o sistema funciona de modo a subjugar os indivíduos para a perpetuação do mando injusto, e essa tendência não se altera com o simples decurso do tempo, tal mudança somente será possível através da transformação do sistema educacional, para que este habilite a população à percepção sistêmica da estrutura de poder que os subjuga.

Nas democracias de periferia, a legitimação do poder é inconsciente porque se opera pela apatia popular decorrente da insuficiência da educação para habilitar o indivíduo ao exercício da cidadania, este se torna incapaz de percepção clara do contexto político-social em que se insere e dos riscos de sua apatia. Este é um dos fatores que aumentam a insegurança nas democracias de periferia. Nas democracias de centro, a legitimação do poder ocorre em virtude da escolha consciente do indivíduo que se autodetermina com base em uma percepção clara do contexto sócio/político, e os riscos decorrentes desse agir são menores, porque, em sua maioria, previsíveis. Este é um dos elementos que tornam as democracias de centro mais seguras para a população e mais estáveis como Estado. Nesses espaços, o agir se constitui em efetiva escolha livre do cidadão que, em virtude da qualidade da educação que recebeu, torna-se capaz de se determinar a partir da visão sistêmica da realidade sociopolítica que o envolve.

O propósito do sistema democrático é possibilitar o pleno desenvolvimento das potencialidades individuais como método de crescimento e emancipação individual e de prosperidade do Estado, entretanto, a concretização deste intento depende da qualidade da educação, e de sua eficiência para vincular o agir aos valores de verdade, igualdade e justiça. Sem educação de qualidade formam-se Democracias que não conseguem distribuir a todos sua justiça,[19] democracias de periferia.

---

[18] SIMMEL, George. *The secrety and the secrety society:* the sociology of George Simmel. Trad. Kurt H. Wolff. Nova York: Free Pass, 1950. p. 332-3.

[19] ADEODATO, João Maurício. *Ética & retórica*: para uma teoria da dogmática jurídica. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 48. No

Livro 1.indb 84 13/12/2016 14:12:05

O fortalecimento do humanismo, que envolve a organização democrática, revela transformação, crescimento social, e isto não se materializa sem forte resistência de forças de contenção que visam à permanência do conhecimento atávico, de superioridade/inferioridade, decorrente da mensagem histórica de origem divina dos governantes. Essa ideia de desigualdade entre os homens ainda está presente no subconsciente da população atual da Terra, por isso, a concretização da democracia se faz através de movimento progressivamente crescente mas, fatalmente, envolve conflitos. Em ambientes em que a sociedade dispõe de esclarecimentos suficientes para perceber o modo de formação, funcionamento e sustentabilidade do poder vigente no corpo social, o avanço da democracia e de todos os princípios que ela representa se faz de modo seguro e harmônico. Nesses espaços, pode-se dizer que o poder é efetivamente legítimo no sentido de que corresponde à vontade consciente da população.

A tensão entre o ideal de progresso dos valores democráticos e a resistência a ele faz com que a sedimentação dos princípios democráticos: verdade, igualdade e justiça se concretizem de modo semelhante ao movimento de expansão do mar, quando se estende a territórios anteriormente estranhos ao seu domínio, as ondas até recuam, com o fluxo das marés, mas o avanço é invencível, ao longo do tempo. Seguindo esse mesmo mecanismo, as democracias se fortalecem à medida que conseguem, em movimentos de idas e vindas, uma progressiva institucionalização dos referidos princípios e sua vivência efetiva como condicionantes do agir, pois é essa dinâmica que possibilita o crescimento da solidariedade social. A sedimentação desses valores, de modo crescente, dentro das instituições e em todas as instâncias sociais, garante o fortalecimento democrático.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, João Maurício. *Ética & retórica*: para uma teoria da dogmática jurídica. 5. ed. São Paulo, Saraiva, 2012.

ANDRADE, Maria Inês Chaves de. *A fraternidade como direito fundamental entre o ser e o dever ser na dialética dos opostos de Hegel*. Coimbra: Almedina, 2010.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Da civilidade à civilização. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 10, n. 120, p. 12, set. 2015.

BÍBLIA, Português. *Bíblia sagrada*. Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 2000.

BLUFINCH, Thomas. *O livro da mitologia:* a idade da fábula. Trad. Luciano Alves Meira. São Paulo: Martim Claret, 2015.

DE GIORGI, Raffaele. *Direito, democracia e risco:* vínculos com o futuro. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1998.

GALLI, Carlo. *Il disagio della democrazia.* Torino: Giulio Einaudi Editore S.P.A, 2011.

original a fala se refere aos Estados subdesenvolvidos.

Livro 1.indb 85 13/12/2016 14:12:06

HUME, David. *Uma investigação sobre os princípios da moral.* Trad. José Oscar de Almeida Marques. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 2013.

JUNG, Carl Gustav. *Psicologia do inconsciente.* 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LOM, Peter. Foreward. In: PATOCKA, Jan. *Plato and Europe.* Stanford, California: Stanford University Press, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração universal dos direitos humanos.* Adotada e proclamada através da Resolução 217 A, III, da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, arts. 21 e 29. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Relatório nacional PISA 2012*: resultados brasileiros. p. 49. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2014/relatorio_nacional_pisa_2012_resultados_brasileiros.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2016.

PATOCKA, Jan. *Plato and Europe.* Stanford, California: Stanford University Press, 2002.

SIMMEL, George. *The secrety and the secrety society:* the sociology of George Simmel. Trad. Kurt H. Wolff. New York: Free Pass, 1950.

UNESCO. *Declaração de princípios sobre a tolerância*. 1995. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131524porb.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2016.

UNESCO. *Declaração mundial sobre educação para todos.* Jomtien, Tailândia, 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

Livro 1.indb 86 13/12/2016 14:12:06